

Nome : Silmara Malta Silva Rocha
Instituição: Falc - Faculdade da Aldeia de Carapicuíba
Curso: Pedagogia
Orientador: Me. José João de Alencar

Inclusão Digital em Turma de EJA

“O choque da mudança do material humano, para o material digital” (Freitas, 2013).

Resumo

A Inclusão Digital é um assunto de grande pertinência nos dias atuais. O século XXI nos coloca diante das exigências impostas pelo avanço tecnológico, o que trás a evidencia dois perfis de excluídos digitais, os alfabetizados e não alfabetizados.

Este trabalho pretende dissertar sobre os excluídos digitais não alfabetizados, sobre o analfabeto funcional, buscando esclarecer como a inclusão digital pode contribuir na alfabetização de jovens e adultos, não apenas no que tange o conteúdo escolar, mas também numa visão freireana, que tem como proposta, uma alfabetização digital que crie espaços para uma inclusão crítico-social.

Segundo Freire, “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Palavras Chave: Inclusão Digital, Educação de EJA, Excluídos Digitais, Formação docente, Analfabeto Funcional.

1. Introdução

Por mais que tentemos fechar os olhos para a realidade, é evidente no Brasil, a grande desigualdade social. Esse fato faz com que muitos jovens optem para o trabalho ao invés do estudo, para garantirem uma ajuda na despesa familiar.

Entretanto, cada vez mais o mercado de trabalho se faz exigente, cobrando dos seus trabalhadores “qualificação”. Ao se depararem com esta cobrança, os

cidadãos que pretendem continuar em seus empregos, ou mesmo ter uma ascensão profissional, utilizam o horário noturno para retomarem seus estudos.

Muitos cheios de vontade chegam às salas de aula de EJA e passam a enfrentar novos desafios, percebem que a didática utilizada, os recursos disponíveis, mudaram. Ao deparam com a nova realidade, assustam-se, e passam a enfrentar então o desafio da adaptação.

Incontáveis avanços se deram na área tecnológica nas últimas décadas. As salas de aula foram invadidas por computadores, internet, data show, games como forma de facilitadores para o aprendizado, e para estimular o aluno a estudar. Viviane Curto (2009, p.2) diz que

“a utilização do computador em sala de aula configura-se como um recurso valioso para o tratamento da diversidade constitutiva da realidade em que vivemos e para o trabalho com vários letramentos de forma crítica e ativa”.

Porém, nas salas de aula de EJA, esse “avanço” é visto muitas vezes como algo amedrontador.

Faz-se necessário então a participação ativa de um educador preparado para este desafio: Alfabetizar e desmistificar o “bicho-papão”, mostrando a este educando que o computador, a tecnologia não são monstros, mas ferramentas que podem transformar suas vidas, incluindo-os na condição de cidadãos críticos ativos. Para que isso possa acontecer com eficiência é preciso que o professorado esteja ciente das especificidades desse público (EJA) e entender que as estratégias utilizadas para ele devem ser diferentes das utilizadas no ensino regular.

Segundo Dilmar Rosa, professora de Didática, do curso de Pedagogia na Faculdade da Aldeia de Carapicuíba – FALC, em uma aula ministrada à turma do 2º semestre (2013), “o professor que não estiver preparado para trabalhar com esse segmento, e manter as mesmas estratégias utilizadas no ensino regular, esquecendo-se que seus novos alunos são diferenciados, não apenas pelos anos

que estão afastados dos estudos, mas também pelas experiências que adquiriram durante toda a sua vida, e também pelas condições que chegam a esta sala de aula, muitas vezes exaustos pelo trabalho do dia, não obterá resultado eficiente, o aprendizado não acontecerá.”

Álvaro Pinto (2000) afirma: *“O compromisso da escola é, sobretudo, o de assegurar a seus estudantes os instrumentos necessários para a participação ativa e cidadã no contexto em que estão inseridos.”*

Sendo assim cabe ao professor de jovens e adultos, ajudá-los a superar os temores diante das tecnologias incentivando-os a tomarem posse desses recursos que estão presentes em todos os contextos que estão inseridos. Fazendo-os alfabetizados na sua totalidade, não os tornando apenas analfabetos funcionais.

Logo...

“(...) Criar novos métodos, novas estratégias para prestar ajuda eficaz a seus alunos no processo de aprendizagem é também uma responsabilidade do professor.” (BOVO, 2002, p.109)

2- Analfabetismo – Como combater?

No caminhar da história do Brasil, encontramos o relato de muitas iniciativas para se combater o analfabetismo. Nas décadas de 1960 e 70, encontramos o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o extinto MOBRAL. Em seguida, durante o período da redemocratização, com a lei 5692/71, instaura-se o Ensino Supletivo e a educação para jovens e adultos ganha, pela primeira vez, um capítulo específico na legislação brasileira. Em 1978, em uma parceria entre a Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura) e a Fundação Roberto Marinho, a Rede Globo passa a exibir os cursos de Telecurso, e em 1981, implantam o Telecurso 1º grau.

O formato deste projeto era exibido através de tele aulas, que também eram utilizados em tele-salas.

A partir do ano 2010, o telecurso em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), passou a apresentar aulas de mecânica.

Em 1995 a 2002, surge o programa “Alfabetização Solidária”, tem início a era Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003 até 2011, foi a vez de Luiz Inácio Lula da Silva, entra em cena o “Brasil Alfabetizado”.

A EJA, não é, todavia um projeto recente, ele já caminha há algum tempo. Tinha como desafio nos anos 90 criar uma política e metodologias criativas, para atender as necessidades desse público. Essa etapa de ensino tornou-se importante para fortalecer a cidadania e a formação cultural.

Entretanto, em 1996 uma emenda na Constituição fez com que o ensino fundamental não fosse mais obrigatório para jovens e adultos. Com isso o governo não precisava computar as matrículas do supletivo no montante dos alunos do ensino fundamental.

Surge então a partir de uma mobilização nacional os fóruns estaduais de EJA e mais tarde para consolidar esta ação MEC cria uma Comissão Nacional de EJA.

Atualmente os fóruns atuam como interlocutores da EJA no país, além de possibilitarem discussões e ajudarem a aprofundar o significado de educar jovens e adultos no Brasil de hoje.

Pelo que conta a história, sempre houve algum tipo de “preocupação” para que a problemática analfabetismo fosse resolvida. Não se pode negar que as iniciativas alcançaram algum sucesso, pois muitos brasileiros foram efetivamente alfabetizados.

Porém não se pode negar que estamos longe da erradicação do problema.

Segundo Ricardo Tiezzi, não podemos fechar os olhos diante do “Analfabeto funcional”.

Eles sabem ler, mas não compreender. Reconhecem números mas não conseguem passar das operações básicas. São os analfabetos funcionais, conceito criado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1978 para referir-se a pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

(TIEZZI, 2013).

Os últimos dados oficiais disponíveis nos trazem informações dizendo que começamos o século XX com avanço no campo quantitativo relativo à educação, com cerca de 65% de analfabetos, tendo baixado para 51% em 1950 e apresentado reduções mais drásticas a partir de 1975, para chegarmos ao ano 2000 com 13% de analfabetos. Hoje são 8%.

Isso seria uma realidade brilhante, se fosse um fato. Porém, não podemos analisar a situação do analfabetismo no Brasil, apenas quantitativamente, mas também temos que analisá-la qualitativamente, e nesse sentido a coisa mal.

Como enfatiza o professor da FEA-USP, Daniel Augusto Moreira:

o problema do analfabetismo – entendido como a incapacidade absoluta de ler e escrever – costuma esconder um outro, tão ou mais perigoso, exatamente por passar despercebido a muitos: trata-se do analfabetismo funcional.

3 – Analfabetismo Funcional

Segundo Ricardo Tiezzi, escritor professor, roteirista, ministrante de oficinas de narrativa audiovisual na AIC. Coordenador e professor da pós-graduação em Argumento e Roteiro da FAAP. Especialista em História da Arte pela FAAP, com monografia sobre as poéticas de Tchekhov e Cortázar. Mestrando do programa de Cinema, Filosofia e Religião da PUC.

As pesquisas mais confiáveis no Brasil são realizadas pelo Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a ONG ação educativa, que divulgam anualmente o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). Existem dados oficiais, do IBGE, mas que considera analfabetos funcionais os que têm menos de quatro anos de estudo. Isso torna o dado pouco confiável, pois o número de anos de estudo considerados como mínimo para se atingir um nível de alfabetização suficiente é relativo. De acordo com os últimos dados do INAF, 75% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais. Isso mesmo: 3 em cada 4 brasileiros. Destes, 8% são analfabetos absolutos, 30% leem mais compreendem muito pouco e 37% entendem alguma coisa, mas são incapazes de interpretar e relacionar informações. O estudo indicou que apenas 25% dos brasileiros com mais de 15 anos têm pleno domínio das habilidades de leitura e de escrita. Com relação à Matemática, o último INAF mostra que 77% são analfabetos funcionais. Se olharmos o problema de uma

perspectiva curiosa, para não dizer trágica, o Brasil começa o século 21 com um número maior de analfabetos funcionais do que tinha de analfabetos absolutos no começo do século passado. Ok, podemos ficar felizes que as pessoas sabem ler e escrever. Mas isso não lhes adianta de nada. (TIEZZI, 2013)

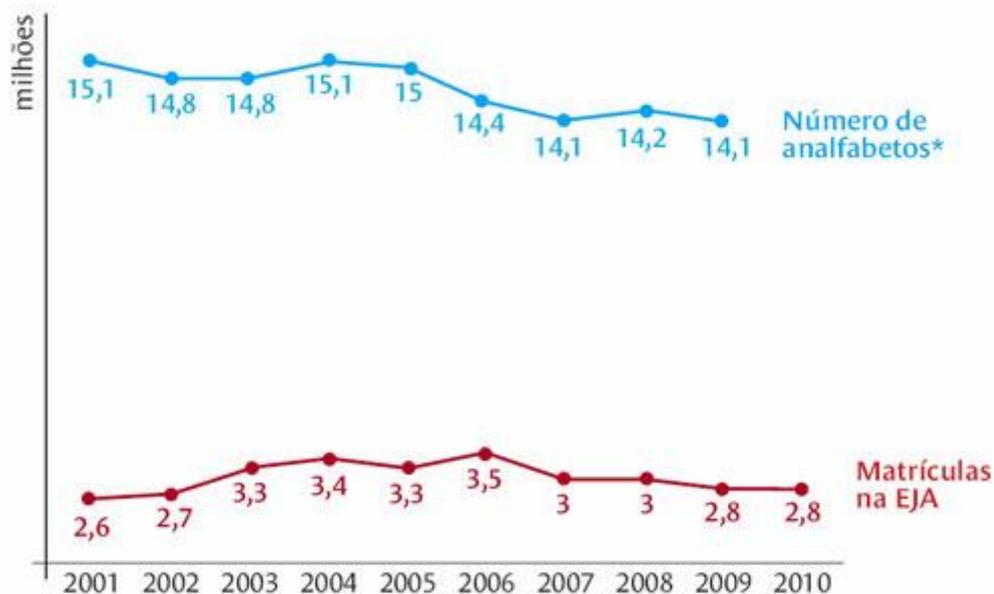
As pesquisas relatadas por Tiezzi, nos leva perceber que estamos distantes de uma solução para o analfabetismo no Brasil.

Como tratar essa problemática, se também é sabido que a procura pela EJA tem caído nos últimos anos?

As pesquisas apontam uma situação preocupante, como mostra o gráfico abaixo:

Uma contradição preocupante

Enquanto as matrículas na EJA caem, os analfabetos são 14,1 milhões



* NÚMERO DE 2010 NÃO DIVULGADO PELO IBGE
FONTES: EDUDATA, CENSO ESCOLAR 2010 E IBGE

A Alfabetização de adultos enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da palavra, simultaneamente com a “leitura” e a “escrita” da realidade, e a pós-alfabetização, enquanto continuidade aprofundada do mesmo ato de conhecimento iniciado na alfabetização, de um lado, são expressões da reconstrução nacional em marcha; de outro, práticas impulsionadoras da reconstrução. Uma alfabetização de adultos que, em lugar de propor a discussão da realidade nacional e de suas dificuldades, em

lugar de colocar o problema da participação política do povo na reinvenção da sua sociedade, estivesse girando em volta dos ba-be-bi-bo-bu, a que juntasse falsos discursos sobre o país – como tem sido comum em tantas campanhas - , estaria contribuindo para que o povo fosse puramente representado na sua História. Em São Tomé e Príncipe, pelo contrário, o que vem interessando é o desvelamento da realidade. A educação com que o governo vem se comprometendo é a que desoculta e não a que esconde em função dos interesses dominantes. (FREIRE, 2011, p.55)

4 – Formação docente para EJA

Para que o processo de Alfabetização EJA seja eficaz, faz-se necessário um professorado preparado para isso. No Artigo 62, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº9.394/96, determina que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Também define que, para EJA seguem-se os mesmos componentes curriculares do ensino fundamental e médio regular, Artigos 26, 27, 28, 35 e 36 da LDB.

Os cursos de EJA são reconhecidos pelo Sistema de Educação, O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA e o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM certificam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio respectivamente.

As Instituições de Ensino - IEs credenciadas para certificar estão distribuídas nas 14 Diretorias Regionais de Ensino e podem ser conferidas, de acordo com o ano de realização, nas seguintes portarias:

- ENCCEJA 2007: Portaria nº 40 publicada no DODF de 08/02/2007
- ENCCEJA 2007: Portaria nº 82 publicada no DODF 22/05/2008
- ENCCEJA 2008: Portaria nº 133 publicada no DODF de 03/04/2009

5 – Inclusão Digital – EJA

Partindo da problemática que cabe a EJA, alfabetizar, preparar, incluir, o jovem e o adulto na sociedade, ajudando-o a se descobrir como cidadão-crítico, capaz de através de seu pensamento poder tomar suas decisões, cabe a EJA também, preparar este cidadão para o “Mundo digital” que está a sua volta.

Nos bancos, supermercados, meio de transporte, repartições públicas, enfim... nos mais diversos ambientes espalhados por todas as regiões metropolitanas do país, nos deparamos com “o mundo tecnológico”, máquinas de refrigerantes, cartões magnéticos, catracas de transportes públicos, urnas, caixas eletrônicos, aparelhos domésticos. Para muitos, situações tão rotineiras, que nem sequer exigem raciocínio, age-se com naturalidade. Porém para alguns, produzem sentimentos de ansiedade e impotência.

Para poder participar ativamente da sociedade, é necessário conhecer a linguagem digital.

Para os excluídos, os analfabetos, já não basta apenas saber decifrar o código escrito. Este já foi considerado “sinônimo de poder”, a sociedade digital, traz outras exigências, traz a conjugação de outros verbos que se unem ao ler e escrever: teclar, clicar, programar, navegar.

Incluir-se no mundo tecnológico já deixou de ser opção e passou a ser necessidade.

A EJA, também tem avançado neste sentido. Vanessa Domingues, coordenadora do NTM-PROINFO, da Secretaria Municipal de Educação, diz:

Essa questão do acesso à tecnologia é importante porque é o início do caminho para a democratização da informação. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao computador e à internet, haverá maior divulgação das diferentes opiniões e possibilidade de avaliar diversas formas de pensamentos que hoje nos são oferecidas pelos blogs e redes sociais. A inclusão digital é um dos principais elementos para a inclusão social.

Mesmo com os avanços já alcançados nas salas de EJA, a inclusão digital ainda está engatinhando.

Ainda há resistência em conhecer e utilizar as tecnologias da informação, muitos alunos chegam às salas de aula com o sentimento de baixa autoestima muito acentuado, sentindo-se excluídos da sociedade por não terem domínio do conhecimento.

É difícil romper a barreira do preconceito, o que é compreensível, uma vez que o aluno, que já está se submetendo a um retorno fora de tempo aos estudos, não tem domínio da escrita e leitura da sua própria língua, ainda tem que se “aventurar” num mundo virtual. Resistência, compreensiva.

Mas, por isso cabe ao educador equipar-se para esta batalha contra o preconceito, e ir à luta, contra o analfabetismo da escrita, da leitura, e o digital.

Esses talvez sejam os maiores desafios a ser superados, a resistência dos alunos em relação à inclusão digital, a falta de recursos tecnológicos nas escolas públicas para o discente da EJA, e o despreparo de professores que sentem dificuldades em desenvolver um trabalho pedagógico que valorize as experiências dessa faixa etária.

Há um grande caminho a ser percorrido, porém não podemos regredir.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” Paulo Freire

Conclusão:

É preciso empregar esse meio de ensino como multicultural e considerar cada educando em suas particularidades, visando unificar os conhecimentos já existentes com aqueles a serem adquiridos nas salas aulas.

Logo a EJA, deve ser encarada como uma oportunidade para quem não teve acesso à educação na época correta e nunca com indiferença ou discriminação.

Essa etapa de ensino serve como divisor de águas na vida de muitas pessoas, logo, deve ser bem entendida, estudada, levada a sério e ensinada com uma metodologia própria para que o público que a frequenta possa ter experiências realmente significativas.

Chega de analfabetos funcionais, fabricados para atender as necessidades políticas de um governo dominante escravagista.

Esse “cidadão” funcional, preparado para ser facilmente seduzido pelo marketing das campanhas políticas, só interessa a essa corja, que faz um governo voltado para o seu próprio umbigo.

Estamos no século XXI, é a era digital, buscamos a Inclusão Digital para a Educação de Jovens e Adultos, precisamos de educadores comprometidos com o cidadão, precisamos de um professorado humilde para reconhecer que precisa de preparo e que acima de tudo tenha disposição para buscá-lo.

*...para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumi-la sem risco.
Paulo Freire*

Referências:

FREIRE, P. Frases de Paulo Freire. Disponível em: <http://institutopaulofreireportugal.blogspot.com.br/>. Acesso em 11 out. 2013.

CURTO, Viviane. Trabalhando com o computador na EJA: uma análise dos relatos das práticas pedagógicas em meio digital com jovens e adultos. Disponível em: <www.ufpe.br/nehete/.../anais/p.../trabalhando-com-o-computador-na-eja.pdf>. Data de acesso: 09/10/2013

ROSA, D. 2013. Aula ministrada ao curso de pedagogia – 2º semestre – Faculdade da Aldeia de Carapicuíba. Out.2013

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BOVO, Vanilda Galvão. O uso de computador em educação de jovens e adultos. Disponível em: www.bomjesus.br/publicacoes/pdf/revista.../o_uso_do_computador_na.pdf>. Data de acesso: 31/10/2010

TIEZZI, Ricardo. Brasil analfabetizado. Disponível em: www.geracaobooks.com.br/literatura/texto1.php Data de acesso: 09/10/2013

MOREIRA, D.A. apud TIEZZI, Ricardo. Brasil analfabetizado. Disponível em: www.geracaobooks.com.br/literatura/texto1.php Data de acesso: 09/10/2013

GRÁFICO. <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/erradicar-analfabetismo-velha-promessa-eja-629512.shtml?page=1> – Acesso em 09/10/2013

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 02/2013, v.22, 101p.